

## **Notas**

[i] Em pelo menos cinco dias da semana.

[ii] Carne vermelha gordurosa ou frango com pele sem remover a gordura visível do alimento.

[iii] Utilizando-se o índice altura por idade e sexo e o ponto de corte de -2 desvios padrão da população de referência proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

[iv] Utilizando-se o Índice de Massa Corporal (IMC) por idade e sexo e os pontos de corte de, respectivamente, -2 e +1 desvios padrão da população de referência proposta pela OMS.

[v] Utilizando-se IMC por idade e sexo e os pontos de corte de, respectivamente, -2 e +1 desvios padrão da população de referência proposta pela OMS.

[vi] Utilizando-se IMC e pontos de corte de 25kg/m<sup>2</sup> para excesso de peso e 30kg/m<sup>2</sup> para obesidade.

## Bibliografia consultada

1. Brasil. Ministério da Saúde. ***Dialogando sobre o direito humano à alimentação adequada no contexto do SUS***. Brasília: MS; 2010.
2. Burity V, Franceschini T, Valente F, Recine E, Leão M, Carvalho MF. ***Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional***. Brasília: ABRANDH; 2010.
3. Valente, F. ***Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas***. São Paulo: Cortez Editora; 2002.
4. Comitê de Segurança Alimentar Mundial. ***Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional, Roma, 20-23 de setembro de 2004***. Brasília: ABRANDH; 2005.
5. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em 1 de março de 2011.
6. Brasil. Emenda Constitucional n.º 64 de 4 de fevereiro de 2010. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm). Acesso em 1 de março de 2011.
7. Brasil. Decreto n.º 7.272 de 25 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/segurancaalimentar/decretos/2010/Decreto%207.272-2010.pdf/view>. Acesso em 1 de março de 2011.
8. Brasil. Ministério da Saúde. ***Política Nacional de Alimentação e Nutrição***. Brasília: MS; 2003.
9. Brasil. Decreto n.º 399 de 22 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>. Acesso em 12 de março de 2011.
10. Brasil. Ministério da Saúde. ***Política Nacional de Promoção da Saúde***. Brasília: MS; 2006.
11. Brasil. Ministério da Saúde. ***Política Nacional de Atenção Básica***. Brasília: MS; 2007.

12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ***Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009***. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.
13. Batista Filho M, Rissin A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. ***Cad Saúde Pública*** 2003; 19(Sup. 1): S181-S191.
14. Castro IRR, Engstrom EM, Cardoso LO, Damião JJ, Rito RVFV, Gomes MASM. Tendência temporal da amamentação na cidade do Rio de Janeiro: 1996-2006. ***Rev Saúde Pública*** 2009; 43(6): 1021-1029.
15. Brasil. Ministério da Saúde. ***II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal***. Brasília: MS; 2009.
16. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. ***Monitoramento escolares - 2007***. No prelo.
17. Brasil. Ministério da Saúde. ***Vigitel Brasil 2010: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico***. Brasília: MS; 2011.
18. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. ***Relatório do SISVAN-2010***. No prelo.
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ***Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar***. Rio de Janeiro: IBGE; 2009.
20. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto n.º 13.555 de 13 de outubro de 1956.
21. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto n.º 13.795 de abril de 1995.
22. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto n.º 15.441 de 20 de dezembro de 1996.
23. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Decreto n.º 32.673 de 19 de agosto de 2010.
24. Brasil. Lei n.º 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. ***Diário Oficial da União*** 1990; 19 set.